



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000234616

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0000696-87.2007.8.26.0326, da Comarca de Lucélia, em que são apelantes/apelados ALFREDO JOSÉ WASTOWSKI (JUSTIÇA GRATUITA) e ANA PAULA PIRES, é apelado/apelante COESP - COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO e Apelado PREFEITURA MUNICÍPIO DE LUCÉLIO.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso dos autores e deram provimento ao recurso da seguradora litisdenunciada. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 9 de abril de 2015

GIL CIMINO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação nº 0000696-87.2007.8.26.0326

Apelantes: Alfredo José Wastowski, Ana Paula Pires e Cosesp – Companhia de Seguros do Estado de São Paulo

Apelados: os mesmos

Comarca: Lucélia

Acidente de trânsito. Capotamento de ambulância, propriedade da Requerida que transportava paciente para cidade vizinha. Necessidade de comprovação do nexos causal entre os danos experimentados pela vítima e a conduta do motorista que conduzia o veículo. Perícia judicial, no entanto, que o afastou. Improcedência mantida. Verbas sucumbenciais referentes à lide secundária que devem ser suportadas pela ré, denunciante. Princípio da causalidade. Recurso dos autores negado. Recurso da seguradora – litisdenunciada –, provido.

Voto nº 4493

Cuida-se de recursos de apelação interpostos, respectivamente, por Alfredo José Wastowski, Ana Paula Pires e Cosesp, contra sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Fábio Bernardes de Oliveira Filho, que julgou improcedente a ação indenizatória movimentada por Alfredo Gabriel Pires Wastowski – filho dos apelantes, que falecera no curso do processo -, em face da Prefeitura Municipal de Lucélia.

Os apelantes assumiram a titularidade da ação proposta em razão do falecimento do autor, Alfredo Gabriel, filho deles. Pretendem a reforma da sentença asseverando que o acidente de trânsito do qual aquele fora vítima – capotamento da ambulância que o transportava para cidade vizinha, em razão de febre que o acometia há 15 dias -, agravara seu estado de saúde, dando azo às sequelas neurológicas que o incapacitaram



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

totalmente, impedindo-o de andar, falar, comer e etc. Sustentam que era ônus da Requerida demonstrar que o infortúnio não contribuíra para este agravamento, acenando com a ausência de prova da habilitação do motorista da ambulância para dirigir veículo desta espécie.

A Cosesp – litisdenunciada -, por sua vez, pretende que a Requerida seja condenada a pagar-lhe honorários advocatícios.

Recursos tempestivos e respondidos.

Autores beneficiários da Justiça Gratuita.

É o relatório.

Alfredo Gabriel, em 30/12/2003, quando possuía apenas 1 ano e 7 meses de idade, fora ferido em razão do capotamento da ambulância que o transportava ao nosocômio da cidade vizinha onde morava.

E esse acidente, assim como as lesões físicas que dele derivou para o pequeno - politrauma, consoante se depreende da ficha de atendimento do nosocômio que o recebera (fls.86/89) -, restaram incontroversos.

Sob a alegação de que o infortúnio lhe rendera inúmeras sequelas neurológicas, o incapacitando totalmente, ingressou com a presente ação, pretendendo o recebimento de indenização sob a forma de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

pensão mensal, e fundada em danos morais.

Antes de prolatada a sentença, o menor faleceu, ensejando a substituição do polo ativo da ação por seus sucessores, em consonância com o artigo 43 do CPC (fls.475).

Este o cenário dos autos.

A responsabilidade da Requerida, no caso, é objetiva, prescindindo para apuração do dever de indenizar perquirir sobre sua culpa no evento.

Sem embargo do infeliz episódio, se revelava necessária a prova do nexo causal entre a conduta (omissiva ou comissiva) da Requerida, cuja responsabilidade imputaram-lhe, e o dano que alegam causado.

Ressalte-se que essa prova é exigida independentemente do nome que se empresta a responsabilidade civil.

Neste caso, porém, o perito não deixou margem a dúvida acerca da inexistência do nexo causal, tendo consignado expressamente que **“o paciente apresentava já antes do acidente uma saúde frágil, com várias internações hospitalares por problemas diversos de saúde. Relatavam os médicos déficit neurológico importante e nas prescrições observava-se o uso de Gardenal (anticonvulsivo). No dia do acidente, o menor havia sido encaminhado a Marília por estar**

apresentando febre há 15 dias e episódios convulsivos, visto que no próprio dia do acidente, momentos antes, o motorista se viu obrigado a fazer uma parada e uma cidade para que o paciente fosse atendido por estar apresentando convulsões. Na internação do acidente, o médico relata em sua evolução a existência de uma Tomografia de Crânio do dia 31/12, com diagnóstico de atrofia cerebral e de atrofia cortical, estados crônicos, que não tem haver com trauma. Não há relatos de traumas cranianos na tomografia, a não ser o relato de um RX de crânio, onde se nota uma fratura linear. Neste caso, a tomografia computadorizada é que dá o diagnóstico de trauma cerebral e não o RX. Então, o menor já apresentava alteração neurológicas importantes com atrofia cerebral, que não foram motivadas pelo acidente em questão (fls.1297/1298) (grifos meus).

Há, inclusive, prova de que fora internado em diferentes ocasiões durante seu primeiro ano de vida, sendo certo que um dos médicos que o atendera observara “déficit neurológico importante” quando possuía apenas 08 meses de vida.

Assim, considerando-se que a causa de pedir para a pensão mensal e para a indenização fundada no dano moral fora a incapacidade total e permanente decorrente do acidente, excluído o nexo causal entre ambos, outra solução não poderia ser conferida a lide.

Os pais da criança poderiam, eventualmente, pleitear o recebimento de indenização em nome próprio, fundamentando o pedido no inegável sofrimento que o acidente lhes causara, provavelmente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

porque ampliara o sentimento de preocupação e aflição que constantemente já os acometiam, em razão da fragilidade da saúde do filho, mas não na condição de seus sucessores.

Por fim, razão assiste à Seguradora no tocante as verbas sucumbenciais relativas à lide secundária, porquanto em se tratando de denunciação facultativa da lide, julgada improcedente a demanda principal, as verbas da sucumbência referentes à secundária devem ser suportadas pelo denunciante, em atenção ao princípio da causalidade.

Nesse sentido, tem entendido o Superior Tribunal de Justiça:

“Não se tratando de hipótese de denunciação obrigatória à lide para assegurar direito de regresso, ao fazê-la o réu segurado em relação à empresa seguradora do seu veículo, ele estabelece, espontaneamente, um vínculo jurídico entre a demanda principal e a acessória, inaugurando, quanto à segunda, uma relação litigiosa com a litisdenunciada. Destarte, se julgada improcedente a ação indenizatória, favorecendo o litisdenunciado, inexistente, em consequência, o direito por ele postulado perante a seguradora, nascendo, daí, a sua obrigação de, respectivamente, pagar-lhe as custas e os honorários advocatícios resultantes da sua sucumbência na lide secundária.” (REsp 36.135, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, DJU 15.04.02).

De tal sorte que ao recurso dos autores nega-se provimento, e ao interposto pela seguradora dá-se provimento, suportando a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

denunciante o pagamento das verbas sucumbenciais referentes à lide secundária, inclusive o correspondente aos honorários advocatícios que fixo em R\$ 2.000,00, com fundamento no artigo 20, parágrafo 4º do CPC.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso dos autores e dá-se provimento ao interposto pela Seguradora.

GIL CIMINO

Relatora